

Sidney Madruga

Pessoas com
deficiência
e direitos
humanos

**ótica da diferença
e ações afirmativas**



3ª edição

2019

saraiva *jur*

SUMÁRIO

NOTA À 3ª EDIÇÃO	7
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – DIREITOS HUMANOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ABORDAGEM CENTRADA NO SUJEITO DE DIREITOS	17
1.1 Uma nomenclatura desprovida de preconceitos	17
1.2 Pobreza, exclusão e deficiência: a realidade do mercado global.....	24
1.3 Deficiência e exclusão social: correlação em números...	30
1.4 A deficiência como uma questão de direitos humanos: o modelo social e a crítica feminista	33
1.5 A teoria crítica dos direitos humanos. Direitos humanos como produtos culturais e processos de luta pela dignidade	41
1.5.1 Os novos atores sociais e a insuficiência do enfoque jurídico. A riqueza humana como critério de valor.....	49

CAPÍTULO 2 – A ÓTICA DA DIFERENÇA: UMA NOVA PERSPECTIVA DE DIREITOS HUMANOS	57
2.1 Uma perspectiva nova, integradora, crítica e contextualizada de direitos humanos.....	57
2.2 O enfoque do diálogo intercultural na linguagem dos direitos.....	63
2.3 Os valores da dignidade, autonomia, solidariedade e igualdade na órbita da deficiência. Igualdade de oportunidades, reconhecimento da diferença e não discriminação.....	70
2.3.1 A dignidade dos excluídos.....	70
2.3.2 A autonomia integrada à dignidade humana ...	75
2.3.3 Solidariedade num mundo de valores individuais	78
2.3.4 Igualdade na diferença	81
2.3.4.1 Igualdade de oportunidades.....	85
2.3.4.2 O reconhecimento da diferença: gênero e deficiência como um signo bidimensional	89
2.3.4.3 Valoração jurídica das diferenças: a igualdade complexa.....	97
2.3.5 A não discriminação.....	99
 CAPÍTULO 3 – AÇÕES AFIRMATIVAS COMO UM INSTRUMENTO DE DIREITOS HUMANOS	 111
3.1 A historicidade das ações afirmativas: precedentes normativos e judiciais na experiência norte-americana ..	111
3.2 Conceitos e terminologias. A não temporariedade das ações afirmativas	132
3.2.1 Ação afirmativa e ação positiva.....	132
3.2.2 Discriminação positiva e discriminação inversa	140
3.2.3 Cotas e metas.....	141

3.3 Acepções e imprecisões terminológicas no Sistema Internacional, Comunidade Europeia, Espanha e Brasil..	143
3.4 Elementos e natureza jurídica das ações afirmativas.	154
3.4.1 A ação afirmativa no combate às relações sociais de subordinação	161
CAPÍTULO 4 – AÇÕES AFIRMATIVAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E ESPANHOL EM MATÉRIA DE DEFICIÊNCIA	167
4.1 A Constituição do Brasil e a pessoa com deficiência..	168
4.2 As ações afirmativas perante o ordenamento constitucional brasileiro.....	173
4.3 A Constituição da Espanha e a pessoa com deficiência..	182
4.4 As ações afirmativas perante o ordenamento constitucional espanhol	187
CAPÍTULO 5 – A CONVENÇÃO DA ONU, A LEI ESPANHOLA E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO: INSTRUMENTAIS JURÍDICOS EM FAVOR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	197
5.1 A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Geral Espanhola de Direitos das Pessoas com Deficiência e sua Inclusão Social....	199
5.1.1 A Convenção da ONU: aspectos relevantes.....	199
5.1.2 A adaptação razoável e o desenho universal: ferramentas de direitos humanos para a plena acessibilidade.....	204
5.1.3 A Lei Geral Espanhola de Direitos das Pessoas com Deficiência e sua Inclusão Social (Real Decreto Legislativo n. 1/2013)	214
5.1.4 A normalização, o diálogo civil e a transversalidade: princípios inspiradores da legislação espanhola.....	219

5.2 A Lei Brasileira de Inclusão: questões no âmbito eleitoral	224
5.2.1 A capacidade eleitoral das pessoas com deficiência	226
5.2.2 A curatela como medida excepcional.....	228
5.2.3 Seções eleitorais especiais	230
CAPÍTULO 6 – INICIATIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO BRASIL: ATUAÇÃO E TUTELA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	235
6.1 O reconhecimento judicial e extrajudicial de direitos humanos das pessoas com deficiência a partir das iniciativas do Ministério Público Federal no Brasil	235
6.2 Mecanismos e formas de atuação do <i>Parquet</i>	236
6.3 A atuação do Ministério Público na defesa das pessoas com deficiência. O hiperdimensionamento do princípio da independência funcional e os males da cultura jurídica dominante	237
6.4 A práxis jurídica na tutela das pessoas com deficiência: experiências do autor no âmbito do Ministério Público Federal	244
6.4.1 Direito à educação para surdos no ensino superior: uma realidade no Estado da Bahia.....	244
6.4.2 Uma criança com síndrome de Down: o direito à vida.....	256
6.4.3 Direito à acessibilidade à Faculdade de Medicina	259
REFERÊNCIAS	267